



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
GABINETE DO REITOR

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3700  
gabinete@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

**ANEXO VIII**

**AUTODECLARAÇÃO PARA MATRÍCULA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do CPF N° \_\_\_\_\_  
e RG \_\_\_\_\_,  
para fins específicos de atendimento ao disposto no Edital \_\_\_\_\_,  
em consonância com a LEI N° 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, que tendo sido aprovado  
para uma das vagas de reservadas a pretos(as), pardos(as) e indígenas no Processo Seletivo  
Especial UFFS/2019/1 para o curso de Agronomia/EDUCAR/PRONERA *Campus* Erechim, me  
declaro ( ) **preto** ( ) **pardo** ( ) **indígena** e assumo responsabilidade por estas informações.  
Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no  
Código Penal\*.

Local e Data

|                         |  |
|-------------------------|--|
| Assinatura do candidato | Assinatura do responsável, se o candidato for menor de idade |
|-------------------------|--|

**Reservado à Comissão de Homologação da Autodeclaração:**

Atestamos que a presente autodeclaração foi homologada pela comissão designada pela Portaria  
\_\_\_\_\_/PROGRAD/UFFS/2018 e que o candidato atende aos critérios fenotípicos por ele declarado.

|                   |                   |                   |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Nome/Siape ou CPF | Nome/Siape ou CPF | Nome/Siape ou CPF |
|-------------------|-------------------|-------------------|

\* **Código Penal - DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 - Falsidade ideológica.** Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.